



EDUCAÇÃO CAMPONESA PELO DIREITO À TERRA E À ÁGUA NO CARIRI PARAIBANO

Pollyanna da Silva Nascimento¹, Daiane Silva Lima², Rita de Cássia de Souza Lopez³, Carolina Figueiredo de Sá⁴
carolina.figueiredo@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O Projeto tem promovido desde 2021 processo de educação não formal e mobilização junto às famílias camponesas de municípios do Cariri paraibano, acerca dos seus direitos à terra e à água, contribuindo com a formação crítica dos sujeitos do campo. Em 2023 realizamos encontros quinzenais na comunidade, reuniões da equipe, atividades na Universidade e comunidades e, como resultado destacado, obtivemos a entrega dos primeiros títulos de terra para 16 famílias camponesas posseiras em Audiência Pública.

Palavras-chaves: *Educação não-escolar, Direito à terra e à água, Regularização fundiária; Cariri paraibano.*

1. Introdução

O Projeto *Educação Camponesa pelo direito à terra e à água no Cariri-PB* surgiu no âmbito do NuCariri (UFCG/CNPQ)¹, considerando a realidade agrária das famílias camponesas posseiras da região. Desenvolvido com grande êxito nos anos de 2021 e 2022 no município de São Domingos do Cariri teve, ainda em 2022, demandada sua ampliação por parte de mais comunidades rurais do município de Caraúbas, o que alcançamos em 2023. É importante destacar que a execução deste Projeto contribuiu decididamente para a efetivação de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre UFCG, EMPAER, municípios de São Domingos do Cariri e Caraúbas e OSCI's, com vistas a regularização fundiária nas comunidades rurais de ambos municípios, sendo resultado efetivo da ação extensionista da Universidade no incentivo à promoção de políticas públicas para o desenvolvimento rural camponês na região [LIMA, *et al*, ENEX, 2023].

Em 2019, segundo os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existiam 1,2 milhão de posses precárias no país [AGÊNCIA BRASIL, 10/12/2019]. Cabe destacar que esta condição jurídica de posseiro se configura como importante empecilho para o desenvolvimento econômico e social das famílias camponesas, uma vez que o título de propriedade é exigência para o acesso a diferentes

serviços, desde o acesso à energia elétrica até financiamentos e empréstimos bancários.

O projeto iniciou-se em 2021 com um levantamento prévio, no qual identificamos que a maioria dos habitantes que residem na zona rural do município de Caraúbas e São Domingos do Cariri são camponeses posseiros de pequenas quantidades de terras e, desse modo, não possuem a titulação das mesmas (informações levantadas pelo Sindicato Rural do município). Orientamos então o desenvolvimento das ações do projeto para a educação não formal junto às famílias camponesas posseiras do município de Caraúbas e São Domingos do Cariri - PB visando alcançar maior compreensão sobre seus direitos e caminhos para a regularização fundiária das terras em que habitam, plantam e criam, e acesso ao direito à água.

Importante destacar que “A regularização fundiária rural consiste no conjunto de medidas jurídicas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir a função social da propriedade rural, o direito à moradia e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” [Lei N° 11.977/2009, art. 46]. Sendo assim, o presente projeto prestou formação educativa necessária para que as famílias camponesas posseiras de Caraúbas e São Domingos do Cariri - PB tenham acesso às informações referentes ao direito à regularização de suas terras.

Destaca-se, ainda, que no contexto da chegada das águas da transposição do Rio São Francisco no Rio Paraíba tem levado à rápida valorização econômica das terras ribeirinhas, o que, dada a precariedade das posses camponesas nas margens do rio, ocasionam potencial e efetivo risco quanto à permanência de milhares de famílias ribeirinhas no Alto Paraíba [MELO, 2019], fato que acentua a necessidade premente de uma formação e mobilização capilar nas comunidades rurais acerca de seus direitos à terra e à água recém chegada no Cariri paraibano.

Neste sentido, definimos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Promover um processo de educação não formal junto às famílias camponesas posseiras do município de Caraúbas e São Domingos do Cariri - PB, no sentido de

¹ Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano (CNPQ).

^{1,2,3} Estudantes de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo, UFCG, *Campus* Sumé, PB. Brasil.

⁴ Coordenadora e Orientador/a, Professora Adjunta, UFCG, *Campus* Sumé, PB. Brasil.

que as mesmas passem a conhecer os seus direitos à terra e à água, contribuindo, assim, com a formação crítica dos sujeitos do campo.

Objetivos específicos:

- Instituir processo de formação educacional da equipe extensionista, de modo a aprofundarmos nos conhecimentos teórico-práticos acerca da realidade agrária vivida pelas famílias camponesas posseiras da região;
- Estreitar a parceria da universidade com Associação Comunitária de Caraúbas, promovendo-a como co-agente das ações extensionistas durante todas as etapas de planejamento e execução do projeto; e
- Promover encontros, reuniões e debates junto às famílias camponesas participantes, que as possibilitem conhecer sobre o seu direito à terra (titulação/regularização fundiária) e às águas oriundas da transposição do Rio São Francisco, criando espaços coletivos de problematização sobre os meios pelos quais elas poderão acessar tais direitos.

2. Metodologia e descrição das atividades

Articulando de maneira integrada a alternância pedagógica dos “tempos comunidade” e “tempo universidade”, partimos da compreensão dialética materialista dos processos de desenvolvimento dos fenômenos e do conhecimento humano sobre os mesmos (SAVIANI, 2015). Foram realizados em 2023, no âmbito deste projeto:

- Encontros quinzenais na comunidade, com “visitas formativas” de casa em casa para conhecimento das famílias e abordagem mais próxima sobre as temáticas (estratégia com a qual obteve-se muito êxito na edição do Projeto em 2022, tendo sido novamente utilizada em 2023);
- Reuniões mensais por grupos de família e com a associação parceira, de acordo com organização local já realizada pela Associação;
- Produção e aplicação de 01 questionário em conjunto com Associação parceira, com realização de entrevistas semiestruturadas por bolsista e voluntárias com as famílias camponesas sobre o uso da água na/pela comunidade (diagnose);
- Realização de oficina de arte com jovens da comunidade na escola, com a temática “O sertão vai virar mar”;
- Recepção de jovens da comunidade no CDSA para promover a integração entre Universidade e juventude camponesa da região;

- Produção de faixas e cartazes sobre os temas do direito à terra e à água;
- Reuniões da equipe extensionista para estudos teóricos sobre as temáticas do Projeto, avaliação das ações realizadas e ajustes no planejamento;
- Participação da docente coordenadora do Projeto em reuniões da UFCG, EMPAER, município e Associação com vistas à implementação do ACT entre as referidas partes;
- Apresentação do Projeto por bolsista e voluntárias em evento acadêmico promovido no CDSA;
- Participação em atividade de campo com estudantes da Pós-graduação da UFCG (Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido);
- Participação em Audiência Pública junto a comunidade, com entrega dos títulos definitivos de terra para 16 famílias camponesas participantes.

Importante ressaltar que em dezembro de 2023, embora formalmente já tivesse sido encerrada a vigência do Projeto, seguimos participando das ações junto à comunidade, tendo como ponto máximo a realização de uma grande Audiência Pública no município de São Domingos do Cariri, na qual foi realizada a entrega dos títulos definitivos à 16 famílias, bem como fortalecida a reivindicação camponesa pela regularização das terras das demais famílias das comunidades rurais participantes. Nesta ação, que contou com a participação da Pró-reitoria de Extensão da UFCG, representantes municipais e das comunidades dos dois municípios envolvidos, a manifestação e audiência realizadas serviram tanto para celebrar tais conquistas como para impulsionar a luta por sua ampliação.

3. Resultados e discussões

O Projeto de Extensão *Educação Camponesa pelo Direito à Terra e à Água no Cariri-PB* obteve êxito no curso de sua realização e em seus resultados. O desenvolvimento das atividades de educação não formal junto às famílias camponesas posseiras dos municípios participantes, reunindo coletivamente e com regularidade as comunidades rurais para discussões e encaminhamentos conjuntos, impulsionaram, efetivamente, seu protagonismo e fortalecimento de vínculos entre Universidade e comunidade.

Os trabalhos desenvolvidos no Projeto, puderam contribuir com que as comunidades envolvidas buscassem, de maneira informada e coletiva, os seus direitos à regularização fundiária das terras em que habitam, plantam e criam, bem como outros direitos a este relacionado, como é o caso do acesso contínuo à água para plantio e criação de animais, dada a chegada

das águas do Rio São Francisco na região. O compromisso assumido pela EMPAER, Sindicato e Municípios, em prol da regularização fundiária nos mesmos, o qual tem a UFCG como parceira para a mobilização educativa das comunidades, em Acordo de Cooperação Técnica entre os entes, expressa a concretização mais ampla e desdobrada dos objetivos iniciais do Projeto extensionista aqui desenvolvido, cumprindo de maneira exitosa o papel social da Universidade Pública brasileira e, em particular, da Extensão Universitária.

Tal êxito pôde ser aferido na ampla participação das comunidades, e em seu engajamento na continuidade das ações educativas no âmbito do Projeto de Extensão ao longo de 2023 e, em particular, na entrega dos 16 primeiros títulos definitivos de terra às famílias participantes, em vibrante manifestação e audiência pública realizadas com mais de 200 participantes. A mobilização educativa pelo direito ao título (escritura pública) das terras de pequenos posseiros, historicamente alijados de uma série de direitos sociais, constitui fato histórico de grande significado para a região do Cariri paraibano, e de modo mais amplo para o conjunto do campesinato no semiárido brasileiro.

Deste modo, tal resultado, além de seu significado para o processo de formação docente na Licenciatura em Educação do Campo, é importante também porque possibilita “(...) *interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país*” [FORPROEX, p.3], concretizando o objetivo de “*Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade*” [Idem, Ibidem].

4. Registros de campo



Figura 1: Reunião em comunidade rural



Figura 2: Reunião em comunidade rural



Figura 3: Reunião em comunidade rural



Figura 4: Reunião em comunidade rural



Figura 5: Reunião em comunidade rural



Figura 6: Formação no STTR parceiro do Projeto



Figura 7: Formação no STTR parceiro do Projeto



Figura 8: Estudantes das comunidades conhecem o CDSA



Figura 9: Estudantes das comunidades conhecem o CDSA



Figura 10: Estudantes das comunidades conhecem o CDSA



Figura 11: Reunião com famílias que conquistaram o título de propriedade de suas terras



Figura 12: Estudantes bolsista e voluntárias apresentam o Projeto em evento acadêmico no CDSA



Figura 13: Estudantes bolsista e voluntárias apresentam o Projeto em evento acadêmico no CDSA



Figura 14: Audiência Pública de entrega dos títulos de propriedade



Figura 15: Audiência Pública de entrega dos títulos de propriedade



Figura 16: Famílias conquistam seu título de propriedade

5. Conclusões

O desenvolvimento em 2023 do Projeto "*Educação Camponesa pelo direito à terra e à água no Cariri paraibano*", já em seu terceiro ano de execução, possibilitou a continuidade de uma atuação crítica e transformadora da Universidade junto às comunidades rurais da região. Com objetivos voltados aos interesses e necessidades da população camponesa do Cariri paraibano, o Projeto logrou estabelecer e estreitar a referida parceria entre UFCG, EMPAER, municípios e Sindicatos/associações comunitárias, por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), concretizando em 2023 a regularização fundiária das posses de 16 famílias camponesas, com entrega dos títulos definitivos de propriedade em Audiência Pública realizada em dezembro do referido ano.

O projeto foi muito bem recebido nos municípios e comunidades beneficiadas, o que de certo modo facilitou nosso trabalho com as famílias camponesas posseiras, pois observamos que as mesmas não tinham, de modo geral, o conhecimento mais aprofundado acerca de seus direitos pela terra e pela água. Neste sentido, a parceria entre a UFCG e Associações Comunitárias teve enorme peso nas conquistas obtidas. Considerando a realidade encontrada no início do projeto, tal parceria trouxe vários benefícios tanto para as comunidades participantes do projeto quanto para a UFCG, a qual pôde apreender um vasto leque de conhecimentos neste processo, efetivando uma *práxis* transformadora na relação entre universidade e comunidade. O Projeto foi destacado pela comunidade como de grande relevância, uma vez que contribuiu efetivamente com a luta contra a desigualdade social no campo e pela promoção da formação e mobilização camponesa por seus direitos à terra e à água no semiárido brasileiro.

Considerando a demanda de mais de 500 famílias que reivindicam a regularização de suas terras, bem como a premência da ampliação do efetivo uso da água pelas comunidades ribeirinhas do Rio Paraíba, para o correspondente crescimento da produção e criação de animais pelas famílias camponesas, a continuidade do Projeto em 2024 e sua ampliação para outras comunidades rurais se faz da maior relevância social e acadêmica.

6. Referências

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/governo-edita-mp-para-regularizar-600-mil-posses-rurais-ate-2022>. Acesso em: Ago. 2023.

BARBOSA, Dione Pereira. A questão agrária no Município de Monteiro – PB: problematizações no ensino de Sociologia. p.247. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio) Universidade Federal de Campina Grande,

Pós-Graduação, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé. Sumé – PB. 2020.

BRASIL. Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Brasília: INCRA, 2018.

MARX, Karl. O Capital [Livro 3]. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista, Boitempo Editorial, 2017. Tradução de Rubens Enderle.

MELO, Maria José de. Transposição do Rio São Francisco e renda fundiária: uma análise da propriedade camponesa do Alto Paraíba-PB. 2019. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

NASCIMENTO, Tomires da Costa e Silva. A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé-PB: uma discussão com o ensino de Sociologia. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio) Universidade Federal de Campina Grande, Pós-Graduação, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé. Sumé – PB. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros e a luta contra o capital: "...a terra é de ninguém". Caderno Prudentino de Geografia, N 3, 1982.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da Educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; vol.5), 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 2a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

Agradecimentos

À Associação de Desenvolvimento Comunitário da Passagem dos Calungas e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingos do Cariri, pelo suporte e colaboração no desenvolvimento das atividades.

À UFCG pela concessão de bolsa por meio da Chamada PROPEX/UFCG 2023.